Considerações éticas

A Revista CES Derecho, editada pela faculdade de Direito da Universidade CES (Medellin, Colômbia), reúne a produção acadêmica e científica em diferentes âmbitos próprios do Direito e de outros saberes afins, tanto das ciências sociais e humanas como das ciências da saúde.

Com o propósito de comunicar e enriquecer as experiências e o conhecimento nestas áreas, a revista CES Derecho apresenta, a cada seis meses, em formato eletrônico e de acesso gratuito, os resultados de pesquisas, revisões, relatos de casos, artigos de reflexão e opinião, publicações em anais de congressos, traduções, além de resumos de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Atendendo à normatividade nacional e por convicção de trabalho de suas equipes diretiva e editorial, há uma estreita e incessante preocupação por zelar pelo cumprimento da legislação e preceitos relacionados com os direitos de autor, a ética, o respeito pelos outros e as boas práticas. Nessa ordem de ideias, é obrigatório para autores que enviam seus artigos à Revista CES Derecho, acatar e certificar os seguintes aspectos com eles relacionados:

Os autores

Os autores devem declarar que o manuscrito é original.

Os autores devem certificar que o artigo não foi publicado previamente em outra revista.

Os autores devem garantir que o artigo não se encontra em processo de avaliação em outra revista simultaneamente.

O resultado de avaliação por pares, deve ser acatado e não poderá ser retirado do processo de avaliação da revista.

Os autores devem realizar as correções que os avaliadores enviam depois da revisão.

Os autores devem informar qualquer conflito de interesse que exista com a revista.

Os autores devem garantir o cumprimento das normas de publicação que a revista tenha como guia.

Os autores devem estar seguros que a revisão seja imparcial.

Os revisores

Os revisores devem manter o mais alto grau de sigilo com a informação fornecida no momento de aceitar a respectiva revisão.

Os revisores devem declarar algum conflito de interesse no momento de realizar uma revisão, e caso possuam algum conflito, recusar a revisão.

Os revisores devem garantir a ética no seu papel como revisor, pois suas revisões devem ser objetivas e distanciadadas de qualquer juízo pessoal.

Os revisores devem garantir a entrega oportuna das revisões no processo editorial.

É obrigação dos revisores garantir a citação ou alguma inconsistência em termos legais.

O editor

As decisões editoriais (aceitar, recusar ou solicitar modificações), devem estar respaldadas em relatório realizado pelo comitê editorial.

Qualquer pesquisa com crianças, anciãos e outra pessoa vulnerável, deve ter a aprovação do comitê de ética da universidade.

O editor deve garantir a qualidade da publicação.

O editor deve garantir que os artigos sejam de absoluta pertinência para o público ao qual está dirigida a revista.

O editor deve garantir o sigilo dos revisores e seus colaboradores, com a finalidade de evitar conflitos de interesses.

O editor deve garantir que o material fornecido nos fascículos, cumpram com todas as normas éticas nacionais e internacionais e institucionais.

O editor deve publicar páginas erratas ou fazer correções quando for necessário.

Os editores devem ter uma ideia clara das fontes de financiamento da pesquisa.

É uma obrigação do editor velar pela propriedade intelectual dos artigos que ali sejam publicados.

Propriedade Intelectual

Cada manuscrito que é enviado à revista CES Derecho, por meio do sistema Open Journal System, estará acompanhado de uma declaração na qual se especifique que o conteúdo do artigo é inédito, que não foi publicado anteriormente em formato impresso ou eletrônico e que não será apresentado a nenhum outro meio antes de conhecer a decisão da revista.

O consentimento informado é a autorização que as pessoas fornecem aos autores para publicar, reproduzir e divulgar fotografias ou dados pessoais em meio impresso ou digital. Portanto, este requisito é exigido pelo editor ao autor no momento da recepção do manuscrito.

Qualquer publicação anterior, seja em forma impressa ou eletrônica, deverá dar-se a conhecer à redação por escrito.

Os autores deverão anexar uma declaração assinada indicando que, se o manuscrito for aceito para publicação, os direitos de reprodução são de propriedade exclusiva da revista CES Derecho.

A revista não se responsabiliza por aspectos relacionados a cópia, plágio ou fraude que possam aparecer nos artigos publicados na mesma. Por isso, pede aos autores respeitarem e cumprirem todas as normas nacionais e internacionais que regem a matéria.

Os conteúdos dos artigos são de responsabilidade dos autores.

Solicita-se aos autores que proporcionem a informação completa sobre qualquer bolsa ou subsídio recebida

de uma entidade comercial ou outro grupo com interesses privados, ou outro organismo, para financiar parcial ou totalmente o trabalho que foi baseado o artigo.

Quando necessário, deverá ser agregado ao artigo uma página ou um parágrafo de declaração de conflito de interesses.

Os autores têm a responsabilidade de obter as licenças necessárias para reproduzir qualquer material protegido por direitos de reprodução.

Guia para retratação de artigos

As retratações são realizadas por erros voluntários ou involuntários dos autores; entretanto, qualquer que seja a causa, as ações corretivas são iguais para ambas.

A revista CES Derecho tem o propósito por meio da retratação, comunicar e alertar de maneira aberta, e sem restrições aos leitores da revista, sobre possíveis fraudes o direito do autor, omissão de informação importante no artigo e alterações voluntárias ou involuntárias nos resultados que produziu a pesquisa.

Conscientes deste aspecto importante, a Revista CES Derecho, junto com seu corpo editorial, estabelecem as seguintes causas de retratação de artigos:

O autor que distorcer e manipular conclusões ou dados de outras investigações ou artigos, comete uma falta ética que vai desde fraude, engano e lesão ao direito de autor; além de ferir a boa-fé da revista, autores e leitores.

Os autores do artigo que tenham copiado ou transferido fragmentos de ampla longitude, parágrafos ou fragmentos menores, mas sem às devidas aspas, mostrando sua intenção de torná-los próprios.

Baseados em provas sólidas, o editor da revista CES Derecho poderá retratar os artigos que possuam resultados de comprovação duvidosa, seja por erro involuntário ou por erro voluntário, e que afetem a boa-fé da revista.

A autoria fictícia é um dos aspectos graves que conduzem à retratação dos artigos, já que essa prática fere a ética e a honra dos autores que trabalharam na elaboração de seus artigos.

É uma razão de retratação, quando pesquisadores principais ou docentes enviam artigos elaborados por seus estudantes ou copesquisadores, sem que eles tenham sua participação demonstrada na realização do artigo.

A publicação duplicada é uma lesão grave contra a ética e a boa vontade da revista junto a sua equipe editorial. Sendo assim, o editor, baseado em provas com análise prévia de sua equipe editorial, poderá retratar o artigo que previamente tenha sido publicado em outra revista.

A revista CES Derecho publicará uma errata, seja necessário em suas edições; este documento é aquele que comunica às pessoas que estão associadas de alguma forma à revista incluindo leitores, sobre os erros, as esclarecimentos e as desculpas quando for necessário. Os erros, geralmente, são do tipo ortográfico e de omissão de informação, que não afete de maneira substancial o conteúdo do artigo.